

1 Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2022, às 9h00, reuniram-se ordinariamente os
2 conselheiros da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle – CTPC, do Comitê da
3 Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, por meio de videoconferência,
4 utilizando-se da plataforma *Google Meet*. **Participaram os seguintes conselheiros:**
5 Leopoldo Curi - Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
6 (ARMBH); Leandro Vaz Pereira - Consórcio de Saneamento Básico Central de Minas
7 (CORESAB); Heloísa Cristina França Cavallieri – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de
8 Itabirito (SAAE Itabirito); Livia Mara de Oliveira Nogueira – VALE S.A.; Ronald de Carvalho
9 Guerra - Associação dos Doceiros e Agricultores Familiares de São Bartolomeu (ADAF);
10 Carlos Henrique de Melo – Instituto Guaicuy. **Participaram os seguintes convidados:**
11 Dimas Correa, Karen Castelli, Rogério Tavares – Equipe de Mobilização e Educação
12 Ambiental do CBH Rio das Velhas/FUNDEP; Paulo Barcala – Equipe de Comunicação do
13 CBH Velhas/Tanto Expresso; Paula Procópio, Ohany Vasconcelos, Thiago Campos – Agência
14 Peixe Vivo (APV); Alexandre Castro – Prefeitura de Nova União; Tarcísio Cardoso –
15 Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha (ACOMCHAMA); Valquíria Capila –
16 Produtora Rural Ribeiro Bonito; Kátia Lameu - Secretaria Meio Ambiente de Taquaraçu de
17 Minas; Francisco Zolnerkevic – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater
18 Taquaraçu de Minas); Gustavo Ribas – Sapiens Brasil Inteligência Ambiental; João Paulo
19 Mello Rodrigues Sarmento; Matildes Gonçalves Lara; Mariala Morales – Instituto Pé de
20 Urucum. Ronald Guerra inicia a reunião agradecendo a presença de todos. Dá sequência
21 colocando em votação a **ata da reunião do dia 30 de maio de 2022**, que é aprovada por
22 unanimidade com as alterações sugeridas por Leopoldo Curi. **Apresentação do resultado da**
23 **primeira rodada dos "Diálogos Regionais da Bacia do Rio das Velhas" que reuniu os**
24 **coordenadores dos Subcomitês de cada região fisiográfica da bacia;** Karen Castelli inicia
25 a apresentação contextualizando o modo de organização dos diálogos. No primeiro dia, em
26 14 de junho, foi realizado o diálogo dos subcomitês do Alto Rio das Velhas, de forma
27 presencial na sede do CBH Rio das Velhas, tendo a participação de 20 pessoas. No dia 20 de
28 junho foi realizado o diálogo dos subcomitês do Médio Alto Rio das Velhas, on-line, tendo a
29 participação de 22 pessoas. Por fim, no dia 23 de junho foi realizado o diálogo dos
30 subcomitês do Médio Baixo e Baixo Rio das Velhas, de forma presencial no CEFET do
31 município de Curvelo, tendo 24 participantes. Somente o Subcomitê do Ribeirão Onça e o
32 Subcomitê Guaicuí não participaram do evento. Os objetivos destes encontros foram
33 promover maior integração entre os Subcomitês e parceiros inseridos na mesma região
34 fisiográfica, com vistas ao fortalecimento da governança, do diálogo e da gestão, bem como à
35 melhoria da aplicação dos recursos e maior efetividade das ações e projetos, além de realizar
36 um mapeamento da percepção dos conselheiros dos subcomitês sobre as ações
37 desenvolvidas pelo CBH Rio das Velhas e outras instituições, e compreender os avanços em
38 termos de impactos positivos produzidos no território e os desafios para garantir, de maneira
39 coletiva, o alcance das metas propostas no PDRH. Karen observa que os desafios

40 apresentados nos três encontros são muito parecidos. Destaca que o turismo é uma
41 potencialidade de toda a bacia que deve ser mais bem explorada e discutida pela diretoria
42 Comitê, e em contrapartida o parcelamento irregular de solo é um desafio geral que precisa
43 ser observado. Outro debate recorrente foi a fiscalização dos projetos hidroambientais por
44 meio da Agência, em que alguns coordenadores a consideram deficitária e quando ocorre é
45 apenas no que tange às obras civis, e não nos processos de mobilização realizados pelas
46 contratadas. Os principais encaminhamentos foram: realizar um seminário sobre o turismo na
47 bacia, dando ênfase ao ecoturismo e arqueoespeleológico no Baixo Rio das Velhas, e falar
48 sobre as potencialidades turísticas, históricas no Alto Rio das Velhas e criar um mapa das
49 potencialidades turísticas da região. Reforçar a mobilização e a participação social com o
50 apoio aos demais municípios visando ações de melhoria da qualidade e da quantidade de
51 água nas UTE's. Preparar um seminário destacando o primeiro programa de pagamento por
52 serviços ambientais (PSA) na bacia do Rio das Velhas na UTE Rio Itabirito e trazer os
53 exemplos do município de Extrema e da proposta de Buenópolis, que está trabalhando a
54 partir do ICMS Ecológico. Contratar uma empresa para fazer a parte extensiva do Pró-
55 Mananciais, dando atenção à fiscalização das ações e apoiar a formação do diagnóstico, a
56 partir de um acordo com a Copasa. Valquíria Capila esteve presente no referido evento, e
57 reforça os apontamentos relativos à ocupação irregular do solo na UTE Taquaraçu, com o
58 corriqueiro surgimento de pequenas fazendinhas. Karen diz que este problema foi registrado,
59 não somente a UTE citada, mas também nas regiões do médio e do baixo Rio das Velhas.
60 Rogério diz que, diante da situação colocada, tem surgido no subcomitê discussões no
61 sentido de fazer articulações visando fortalecer as estruturas de fiscalização, com apoio da
62 Agência RMBH e a Polícia Militar Ambiental (PM). Outros dois exemplos que trazem essa
63 necessidade são as discussões relativas ao Rodoanel e à invasão de propriedades. Ronald
64 diz que no alto Velhas tais dificuldades também se apresentam, lembrando que essa
65 expansão urbana afeta a segurança hídrica da Região Metropolitana de BH. Assim, sugere a
66 organização de um seminário sobre uso e ocupação do solo na bacia. Karen lembra que
67 muitas ações já previstas precisaram ser postergadas em função das restrições do período
68 eleitoral. Assim, entende ser uma boa oportunidade tratar este tema junto ao encontro de
69 prefeitos e prefeitas de 2023. Leopoldo esclarece que faz parte da diretoria de planejamento
70 da Agência RMBH, e esta tem algumas frentes que são diferentes da frente de anuência e
71 fiscalização. Considera interessante a proposta junto ao encontro de prefeitos e prefeitas, por
72 ser uma oportunidade de mostrar as ações que vem desenvolvendo inclusive com o apoio na
73 revisão dos planos diretores municipais de 9 municípios, contemplando diretrizes do PDDI e
74 as questões de evitar que áreas de várzea sejam ocupadas, e visando soluções mais
75 inteligentes de ocupação e uso do solo. Quanto à fiscalização, existe uma diretoria específica
76 dentro da Agência, que pode falar com mais propriedade. Tarcísio Cardoso sugere abordar
77 essa proposta dentro do Encontro de Subcomitês, pois estes possuem envolvimento regional.
78 E assim levar questões mais aprofundadas e debatidas regionalmente para o encontro de

79 prefeitos e prefeitas. Karen diz que, como o Encontro de Subcomitês ainda está em
80 discussão, é possível abarcar essa solução. **Atualização acerca das últimas ações para**
81 **continuidade do Viveiro Langsdorff.** Dimas Correa faz a contextualização da pauta,
82 explicando que este é um tema de interesse e que vem sempre sendo debatido na CTPC,
83 conforme pode ser consultado em atas anteriores. Explica que a Diretoria do CBH Rio das
84 Velhas enviou aos conselheiros um comunicado justificando o encerramento dos
85 investimentos com recursos da cobrança no viveiro de mudas Langsdorff, mas que o
86 Subcomitê Taquaraçu tem trabalhado visando parcerias com outras instituições, e solicita a
87 chancela institucional do CBH Rio das Velhas para isso. Ronald diz que tem acompanhado as
88 conversas que o subcomitê tem tido a respeito, e considera ser interessante manter o viveiro
89 ativo e produtivo. Alexandre Castro reforça que o viveiro Langsdorff é um lugar muito especial
90 para as pessoas daquela região e para o Subcomitê Taquaraçu, que tem a intenção de
91 retomar a gestão do viveiro, tal qual ocorria na época de sua inauguração, em 2012, agora
92 por meio dessa parceria. Para isso, entendem que a chancela do CBH Rio das Velhas é
93 importante. A partir daí, consultar cada um dos 18 subcomitês quanto à sua demanda de
94 produção de mudas; criar uma estratégia de produção que envolva todos os biomas
95 possíveis, além de ter o local como uma área de fomento, ensino e formação; trabalhando
96 com viveiristas locais e todas as oportunidades que surgirem. Alexandre reforça o fato de o
97 viveiro estar localizado em uma PCH e possuir água e energia em abundância. O modelo de
98 parceria proposto envolve a empresa proprietária do local, o Subcomitê Taquaraçu e as
99 prefeituras de Nova União, Taquaraçu de Minas e Caeté e a empresa Sapiens Brasil
100 Inteligência Ambiental. Mariana Morales considera que quando o viveiro foi inaugurado em
101 2012, antes de ter o aporte dos recursos da cobrança, a partir de uma construção coletiva,
102 tinha uma atuação mais assertiva tanto na proposta do que estava sendo construído quanto
103 na transparência da gestão. Entende que, com a manutenção e a produção de mudas
104 ocorrendo a partir de uma empresa escolhida por meio de licitação, o modelo de doação de
105 mudas ficou mais organizado, mas houve um grande distanciamento do território, sem
106 representação para a bacia. Alexandre diz que essa ideia surgiu logo quando houve a
107 informação de que a empresa que atuava no viveiro não teria seu contrato renovado, e por
108 intermédio do Subcomitê Taquaraçu, articulações junto às prefeituras foram iniciadas. Mas o
109 projeto ainda precisa ser estruturado, com a definição correta das atribuições de cada
110 envolvido, métricas e indicadores de produção. Ronald reforça que se trata ainda de um
111 processo inicial, de construção. Esclarece que a Diretoria do Comitê decidiu não dar
112 continuidade ao contrato de produção de mudas, mas em articulação interna o subcomitê
113 entende importante manter o viveiro. Contudo, ainda não tem um projeto escrito de como será
114 consolidado, somente uma série de intenções. Solicita que, quando houver uma proposta
115 consolidada, de como será gerido, as possíveis fontes de recurso financeiro, como será o
116 estabelecimento de parcerias com setor privado, apresentar essa proposta para a Diretoria do
117 Comitê e para a câmara técnica. Por fim, diz que é importante buscar recursos de outras

118 fontes que vão para além da cobrança, e os subcomitês precisam ter autonomia para isso.
119 Gustavo Ribas considera esse processo de ações proativas interessante, pois um indivíduo
120 vai animando o outro. Entende que Viveiro Langsdorff é um celeiro de boas ideias que vão
121 para além da produção de mudas. Diz que se trata de um resgate e voltar a ser referência na
122 produção de mudas e de trabalho coletivo, podendo atuar em toda a bacia, com solução que
123 de forma genérica atendam a todos. Leandro sugere buscar recursos já existentes, como o
124 Instituto Estadual de Florestas (IEF). Ronald tem em mente que um dificultador é a
125 continuidade institucional, e uma proposta como essa precisa de independência institucional,
126 mas com a governança do Subcomitê Taquaraçu. Nada impede que outros recursos possam
127 ser buscados, mas cita o exemplo do viveiro que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São
128 Francisco (CBHSF) tem em parceria com o próprio IEF, onde se perdeu muito tempo para
129 acertar a parceria, por não conseguir acordos institucionais. Ainda sobre o CBHSF, sugere
130 fazer contatos com a diretoria da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Alto São Francisco,
131 desde que o desenho de projeto e parceria esteja estabelecido. Alexandre lembra que na
132 bacia do rio Taquaraçu tem um viveiro do IEF que funciona bem. Já estão sondando parcerias
133 com a expertise do IEF. Por fim, diz que são fontes diferentes de capitação e núcleos
134 diferentes de trabalho, mas que podem atuar em conjunto. **Investimentos para**
135 **implementação do programa de PSA na bacia do ribeirão Carioca (Itabirito).** Paula
136 Procópio recorda-se que essa é mais uma ação que vem sendo acompanhada de perto pela
137 CTPC, e vem trazer informações atualizadas a respeito. Foram elaborados os projetos
138 individuais por propriedade (PIP), com o objetivo de verificar as demandas e necessidades de
139 adequação em cada propriedade, de modo a deixá-las regulares para receber o PSA. Foram
140 elaborados 34 PIPs, sendo 11 selecionados com o maior potencial de área de proteção
141 permanente (APP) dentro da propriedade. No último mês foi contratada a empresa que será
142 responsável por implantar as ações previstas. Das 11 propriedades, 7 já tem termo de aceite
143 para implantar as intervenções. Um evento de lançamento do programa está sendo
144 preparado, e a ideia é que este seja reproduzido em outras bacias. Thiago diz que já dispõe
145 de recurso em conta para fazer o pagamento aos produtores que aderirem. O que falta é a
146 publicação do decreto que abre o fundo municipal para receber o recurso. Feito isso, serão
147 estabelecidos convênios e assim remunerar os produtores. Ronald reforça as etapas deste
148 trabalho, que se iniciou com recursos da cobrança a partir de proposta do Subcomitê Itabirito,
149 depois houve um arranjo institucional com a *The Nature Conservancy* do Brasil (TNC), e por
150 fim, a parceria com a Coca Cola. Thiago diz que foram investidos cerca de 70 mil reais da
151 cobrança; 600 mil de patrocínio da Coca Cola para implantação dos PIPs com cercamento e
152 plantio nas áreas das propriedades consideradas produtoras, e 108 mil da TNC para
153 pagamento aos beneficiários, além do aparato administrativo da APV e da prefeitura de
154 Itabirito que não são passíveis de mensuração. Thiago mais uma vez esclarece que foi criada
155 uma conta bancária específica para financiar a implantação dos PIPs. Ronald ressalta a
156 importância de se ter a dimensão de um arranjo institucional como esse. Por outro lado, sente

157 que, de modo geral, existe um distanciamento grande do papel das prefeituras na
158 implantação de um programa assim. Considera Itabirito um município fora da curva, pois em
159 geral as prefeituras não participam desse tipo de formulação de políticas públicas. Assim,
160 sugere provocar os gestores municipais enviando um ofício para as prefeituras da bacia tendo
161 como anexo o arcabouço legal que Itabirito já fez e reforçar a necessidade de o município
162 caminhar para se organizar legalmente para criar um programa de PSA. Thiago concorda,
163 pois sem a presença do município não é possível ter um programa de PSA, uma vez que para
164 uma política dessa existir é necessário segurança e respaldo jurídico, e o empenho da
165 prefeitura é político, e não financeiro. Leopoldo diz que a gerência em que está lotado na
166 Agência RMBH trabalha na revisão planos diretores municipais, e dentro das propostas de
167 gestão ambiental tem um capítulo sobre PSA. Então, estes planos diretores já vêm com
168 arcabouço ligado ao fundo municipal ambiental com a possibilidade de, após aprovação do
169 plano, colocar em prática as ações do PSA, inclusive com interface com corredores
170 ecológicos. Contudo, é um texto que ainda precisa ser melhorado, mas que constará nos
171 planos quando eles forem encaminhados para as câmaras municipais. **Informes gerais.**
172 Dimas informa que foi enviado para os conselheiros, por e-mail e/ou *whatsapp*, um
173 questionário visando a coleta de informações para organização do Encontro de Subcomitês, e
174 solicita a todos para responderem. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, a
175 coordenação da CTPC atesta que esta reunião ocorreu com a estrutura mínima necessária
176 para possibilitar a participação de todos os conselheiros, e encerrou a mesma, da qual se
177 lavrou a presente ata. **Encaminhamentos:** Enviar para as prefeituras da bacia do rio das
178 Velhas ofício a respeito da política de PSA, com data a definir.



Ronaid Carvaiho Guerra
Coordenador da CTPC